



ESTADO DO PIAUÍ  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ**

CNPJ.: 06.554.265/0001-18  
Av. Padre Plácido, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

**PARNAGUÁ – PI**

Fls. \_\_\_\_\_

Ass. \_\_\_\_\_

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**(Lei nº 14.133/2021 – Art. 6º, inciso XXIII)**

**Dispensa Eletrônica**

**1. DO ÓRGÃO DEMANDANTE**

**Órgão/Entidade:** Prefeitura Municipal de Parnaíba – PI.

**CNPJ.:** 06.554.265/0001-18

**Unidade Demandante:** Secretaria Municipal de Administração

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de sistema de câmeras de segurança para vias públicas.

**Local de Instalação:** Vias públicas do Município.

**Base Legal:** Lei nº 14.133/2021

**Responsável pela Demanda:** Zeno Rulka Júnior

**2. OBJETO**

Contratação de empresa especializada para **fornecimento, instalação, configuração, testes, treinamento e manutenção inicial de SISTEMA DE CÂMERAS DE SEGURANÇA PARA VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PARNAGUÁ – PI**, incluindo equipamentos, softwares, infraestrutura, mão de obra e demais insumos necessários, conforme especificações, quantidades estimadas e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

**3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A presente contratação fundamenta-se, especialmente, nos seguintes dispositivos legais:

- Lei nº **14.133/2021**, em especial os arts. 6º, 11, 18, 20, 40 e 42;
- Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável;
- Normas e orientações do **Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE-PI**;
- Demais normas pertinentes à matéria.

**4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A contratação será realizada por **dispensa de licitação**, nos termos do **art. 75 da Lei nº 14.133/2021**, em especial:

*Art. 75. É dispensável a licitação:*

**II – para contratação que envolva valores inferiores ao limite estabelecido na legislação vigente**, desde que não se refira a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza.

A escolha da modalidade observa os limites legais, a natureza do objeto e a economicidade do procedimento, devidamente justificada nos autos.



ESTADO DO PIAUÍ  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ**

CNPJ.: 06.554.265/0001-18  
Av. Padre Plácido, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

**PARNAGUÁ – PI**

Fls. \_\_\_\_\_

Ass. \_\_\_\_\_

## 5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A implantação de um sistema de videomonitoramento em vias públicas visa **ampliar a segurança urbana, prevenir ilícitos, auxiliar ações das forças de segurança, proteger o patrimônio público e aumentar a sensação de segurança da população.**

O Município de Parnaíba – PI possui áreas estratégicas com grande fluxo de pessoas e veículos, demandando **monitoramento contínuo**, o que não pode ser plenamente atendido apenas com efetivo humano. Assim, o uso de tecnologia de câmeras de segurança representa solução eficiente, moderna e economicamente vantajosa.

A contratação de empresa especializada mostra-se necessária diante da **complexidade técnica do sistema**, que envolve integração de equipamentos, redes, armazenamento de dados, softwares e treinamento operacional.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução deverá contemplar:

- Câmeras IP de alta definição para uso externo;
- Infraestrutura de fixação e proteção;
- Sistema de gravação e armazenamento de imagens (NVR/Servidor);
- Software de gerenciamento de vídeo;
- Rede de comunicação (cabead e/ou wireless);
- Central de monitoramento;
- Serviços de instalação, configuração, testes e treinamento;
- Garantia e suporte técnico.

## 7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

### 7.1. CÂMERAS DE SEGURANÇA IP – USO EXTERNO

- Resolução mínima: **Full HD (1920x1080)**
- Tipo: IP, digital
- Visão noturna: Infravermelho mínimo de **30 metros**
- Grau de proteção: **IP66 ou superior**
- Lente varifocal ou fixa conforme local de instalação
- Alimentação PoE
- Compressão: H.265 ou superior

### 7.2. SISTEMA DE GRAVAÇÃO E ARMAZENAMENTO

- NVR ou servidor compatível com as câmeras ofertadas
- Capacidade mínima para armazenamento de **30 dias de gravação contínua**
- Acesso remoto via navegador e aplicativo



- Licenças de software incluídas

### 7.3. SOFTWARE DE GERENCIAMENTO

- Interface em língua portuguesa
- Controle de usuários e níveis de acesso
- Exportação de imagens e vídeos
- Registro de eventos e logs

### 7.4. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

- Suportes, postes, caixas de proteção e cabeamento
- Instalação completa e funcionamento pleno
- Treinamento mínimo de **08 horas** para servidores indicados pelo Município

### 8. QUANTIDADES ESTIMADAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.
1	MODELO: MÉDIA CONV. 20KM 10/100/1000M-SF-20KM GB PAR SINGLE IURON. OU SIMILAR.	UNID.	20
2	HD 10TB WESTERN DIGITAL PURPLE PRO SURVEILLANCE WD102PURP. OU SIMILAR.	UNID.	01
3	NVR 16 CANAIS 1U 16 POE 4K	UNID.	01
4	HIKVISION CÂMERA IP BULLET DS-2CD1047G2H-LIU 4MP 2.8MM COLORVU. OU SIMILAR.	UNID.	14
5	HIKVISION HUB SWITCH 04P 10/100/1000MBPS POE DS-3E0505P-E/M. OU SIMILAR.	UNID.	16
6	DS-2DE7A425IW-AEB(T5) – SPEED DOME IR DE 7 POLEGADAS COM 4 MP E 25 X ALIMENTADO POR DARKFIGHTER. OU SIMILAR.	UNID.	02
7	F. CONECTOR RÁPIDO SC-APC CLICK REUTILIZÁVEL JZ-1914 (ABRE)	UNID.	40
8	F. CTO. 08P SANGRIA JZ-1321-16P 1*8 INS APC IP65.	UNID.	16
9	CABO 02 FIBRAS AUTOSUST 7,5MM AS80M-GYFTY-2B1 G652D 2KM. OU SIMILAR.	UNID.	01
10	MONITOR 65 POLEGADAS	UNID.	01
11	RACK 18 U DE PAREDE	UNID.	01
12	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO	SV	01

### 9. LOCAL DE INSTALAÇÃO

Vias públicas, praças, prédios públicos e pontos estratégicos definidos pela Administração Municipal de Parnaíba – PI.



ESTADO DO PIAUÍ  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ**

CNPJ.: 06.554.265/0001-18  
Av. Padre Plácido, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

**PARNAGUÁ – PI**

Fls. \_\_\_\_\_

Ass. \_\_\_\_\_

## 10. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo máximo para fornecimento e instalação completa do sistema será de **até 60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

## 11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2026, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Fornecer equipamentos novos e originais;
- Executar os serviços conforme normas técnicas;
- Garantir o funcionamento do sistema;
- Prestar suporte técnico durante o período de garantia;
- Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros.

## 13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Fornecer informações necessárias à execução;
- Fiscalizar o contrato;
- Efetuar os pagamentos conforme condições estabelecidas.

## 14. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observado o atendimento integral às especificações técnicas.

## 15. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO “MENOR PREÇO” E FORMA DE ADJUDICAÇÃO GLOBAL

A presente justificativa tem por finalidade fundamentar a escolha do critério de julgamento **MENOR PREÇO** e da forma de **ADJUDICAÇÃO GLOBAL**, para a contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de **Sistema de Câmeras de Segurança para Vias Públicas do Município de Parnaíba – PI**, conforme condições, especificações técnicas, quantitativos estimados e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência e anexos do Edital.

### 1. Do Critério de Julgamento – Menor Preço

Nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o critério de julgamento pelo menor preço é aplicável quando o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.



O objeto da presente contratação compreende o fornecimento e instalação de sistema de videomonitoramento com características técnicas claramente descritas no Termo de Referência, incluindo especificações mínimas dos equipamentos (câmeras, centrais de monitoramento, servidores, cabeamento, softwares e demais componentes), padrões de desempenho, garantias e requisitos técnicos necessários ao pleno funcionamento do sistema.

Trata-se, portanto, de objeto com especificações técnicas objetivas e padronizadas, amplamente disponíveis no mercado, não demandando avaliação subjetiva de técnica e preço, sendo possível aferir o atendimento às exigências editalícias de forma clara e objetiva.

Dessa forma, a adoção do critério de julgamento pelo **menor preço** mostra-se adequada, pois:

- Garante a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme art. 11 da Lei nº 14.133/2021;
- Assegura isonomia entre os licitantes;
- Promove a competitividade;
- Observa os princípios da economicidade e eficiência;
- É compatível com a natureza comum do objeto.

## 2. Da Forma de Adjudicação – Global

A adjudicação global justifica-se em razão da natureza integrada do objeto, que envolve o fornecimento, instalação, configuração, testes, integração e garantia do sistema de videomonitoramento.

O sistema de câmeras constitui uma solução única e interdependente, cujos componentes precisam operar de forma integrada e harmônica. A eventual divisão do objeto por itens ou lotes distintos poderia:

- Comprometer a padronização tecnológica do sistema;
- Gerar incompatibilidades entre equipamentos e softwares;
- Dificultar a definição de responsabilidades técnicas;
- Aumentar riscos na execução contratual;
- Prejudicar a garantia e a manutenção do sistema;
- Elevar custos administrativos com múltiplos contratos.

Nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, as licitações devem observar o parcelamento do objeto quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

No entanto, o mesmo dispositivo admite a não divisão quando esta não for tecnicamente recomendável ou puder comprometer o conjunto da solução.



No caso em questão, a execução por empresa única:

- Assegura maior controle e responsabilidade técnica;
- Garante uniformidade e compatibilidade dos equipamentos;
- Facilita a gestão e fiscalização contratual;
- Reduz riscos operacionais;
- Proporciona maior eficiência na implementação do sistema.

Assim, a adjudicação global revela-se tecnicamente adequada e administrativamente mais eficiente.

### 3. Conclusão

Diante do exposto, considerando:

- A natureza comum do objeto;
- A possibilidade de definição objetiva das especificações técnicas;
- A busca pela proposta mais vantajosa;
- A necessidade de integração plena dos componentes do sistema;
- Os princípios da economicidade, eficiência, planejamento, isonomia e interesse público;

justifica-se a adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** e da **ADJUDICAÇÃO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, para a contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de Sistema de Câmeras de Segurança para as vias públicas do Município de Parnaíba – PI.

### 16. ESTIMATIVA DE VALOR

O valor estimado da contratação foi apurado mediante **pesquisa de preços**, constando em documento próprio anexado aos autos, com a média total no valor de **R\$ 64.720,00 (sessenta e quatro mil e setecentos e vinte reais)**.

### 17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes correrão por conta de dotação orçamentária própria, prevista no orçamento vigente, na rubrica correspondente, conforme abaixo:

<b>FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:</b>	04.122.0001.2012.0000
	33.90.39.00
<b>NATUREZA DA DESPESA:</b>	33.90.30.00 - SERVIÇO INSTALAÇÃO DE CÂMARA
<b>FONTES DE RECURSOS:</b>	500

### 18. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a entrega e aceitação definitiva dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal atestada pela fiscalização do contrato.

### 19. FISCALIZAÇÃO





ESTADO DO PIAUÍ  
PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAGUÁ**

CNPJ.: 06.554.265/0001-18  
Av. Padre Plácido, S/Nº – Centro – CEP: 64.970-000

**PARNAGUÁ – PI**

Fls. \_\_\_\_\_

Ass. \_\_\_\_\_

A fiscalização será exercida por servidor formalmente designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

## 20. GARANTIA

Os equipamentos e serviços deverão possuir garantia mínima de **12 (doze) meses**, sem ônus adicional para a Administração.

## 21. MATRIZ DE RISCOS

Risco	Responsável	Medida Mitigadora
Atraso na entrega	Contratada	Penalidades contratuais
Falha técnica	Contratada	Garantia e suporte
Interrupção do sistema	Contratada	Manutenção corretiva

## 22. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Termo de Referência integra o Edital de Licitação e seus anexos, servindo como base para a formulação das propostas e execução contratual.

Parnaíba – PI, 05 de fevereiro de 2026.

**Zeno Rulka Júnior**  
Secretário Municipal de Administração  
Responsável pelo TR